

1ª PARTE

PRESSUPOSTOS E CONDICIONANTES

CAPÍTULO I

Os Pressupostos Teóricos

A interpretação aqui apresentada parte de alguns pressupostos teóricos que não cabiam discutir neste livro dedicado a uma análise conjuntural determinada. Estes pressupostos foram em sua maior parte discutidos em um outro trabalho, *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado* (Editora Brasiliense, 1977, São Paulo). Neste livro procurei, a partir da experiência brasileira, realizar o que aparece prometido no subtítulo do livro: *Esboço de uma Economia Política Periférica*. Esta tentativa teórica é agora utilizada na análise de um processo econômico e político concreto: a desaceleração econômica e a crise política verificadas no Brasil entre 1974 e 1978.

O pressuposto mais geral é de que o Brasil é uma formação social mista, predominantemente capitalista mas crescentemente tecnoburocrática. Segundo esta análise existem no Brasil três classes sociais básicas: a burguesia ou classe capitalista, a tecnoburocracia e os trabalhadores. A burguesia, que pode ser dividida em pelo menos duas camadas — alta burguesia e média burguesia —, é constituída por um grande número de proprietários de meios de produção. A inserção na classe burguesa deriva da propriedade do capital, através do qual é possível se apropriar da mais-valia produzida por

trabalhadores assalariados, seja diretamente através de lucros, seja indiretamente através de juros, aluguéis e da remuneração de profissionais liberais autônomos. A tecnoburocracia, que também pode ser dividida em duas camadas — a alta tecnoburocracia dos diretores, gerentes gerais, altos funcionários públicos e oficiais superiores das forças armadas e a média tecnoburocracia de gerentes, técnicos, funcionários e oficiais em início de carreira —, é constituída por aqueles que, coletivamente, têm a propriedade ou o controle efetivo crescente das grandes organizações burocráticas públicas ou privadas. Enquanto o capitalista, para obter lucros aproximadamente proporcionais ao capital que possui, acumula capital, o tecnoburocrata, para se apropriar de ordenados crescentes, que dependem da dimensão da organização burocrática em que opera e de sua posição na hierarquia organizacional, procura acumular ou expandir organização. Se a relação de produção capitalista é o capital, a tecnoburocrática é a organização. Os trabalhadores por sua vez, nesta formação social mista, recebem salários que, dado o caráter subdesenvolvido da economia, correspondem ao custo da reprodução da mão-de-obra. Em síntese a formação social brasileira é mista, tendo o modo capitalista de produção como dominante e o modo tecnoburocrático ou estatal de produção como emergente. Temos portanto um capitalismo tecnoburocrático ou um capitalismo de Estado, em que a burguesia é a classe dominante, mas o papel de Estado é decisivo no processo de acumulação de capital. Esse capitalismo de Estado não deve ser confundido com formações sociais onde já desapareceu o capitalismo e temos apenas um estatismo ou um tecnoburocratismo, como é o caso da União Soviética.

Um segundo pressuposto diz respeito ao caráter subdesenvolvido e dependente da economia brasileira. Prevalece aqui o modelo de subdesenvolvimento industrializado. A economia caracteriza-se pela heterogeneidade estrutural ou pelo dualismo intrínseco, dividindo-se em um setor moderno, predominantemente capitalista mas crescentemente tecnoburocrático, e um setor tradicional, também predominantemente capitalista mas com restos de formações sociais pré-capitalistas. O setor moderno compreende as empresas multinacionais, o Estado tecnoburocrático moderno e um número crescente de empresas

nacionais. A tecnologia é sofisticada e capital-intensiva, o mercado é oligopolístico, a produção concentra-se nos bens de consumo de luxo e nos bens de capital, o crescimento é dinâmico, muito acima da taxa de crescimento da população. O setor tradicional, por sua vez, é constituído por pequenas e médias empresas locais, pelo setor agrícola, pelos restos da economia de subsistência no campo e pelo amplo setor marginal nos centros urbanos. A tecnologia é simples, o trabalho intensivo, o mercado é competitivo, a produção concentra-se nos bens e serviço de consumo dos trabalhadores, o crescimento é lento, pouco superando a taxa de crescimento da população.

A tecnoburocracia concentra-se no setor moderno, onde também operam as empresas multinacionais; a burguesia existe nos dois setores, mas demanda bens principalmente no setor moderno. A renda, nestes termos, concentra-se na burguesia, nas empresas multinacionais e na tecnoburocracia e, através do mesmo processo, no setor moderno. A compatibilização entre um forte processo de concentração de renda, em que os salários dos trabalhadores são mantidos constantes ou mesmo reduzidos, e o crescimento da economia é assegurada seja pela ênfase na produção de bens de consumo de luxo e mais recentemente, a partir de 1973-74, pela ênfase na produção de bens de capital, seja pela exportação dos "excedentes" de bens de consumo dos trabalhadores. Neste processo, as empresas multinacionais desempenham uma função desenvolvimentista na medida em que criam emprego e produzem para o mercado interno, ao mesmo tempo em que condicionam a concentração de renda ao facilitar a reprodução dos padrões de consumo de centro pelas classes capitalista e tecnoburocrática. Estabelece-se, assim, a nova dependência em relação às multinacionais, muito diversa do velho imperialismo antiindustrializante que mantinha o país primário-exportador e transferia o excedente para o centro via comércio internacional.

A transferência de excedente continua a realizar-se nos quadros do modelo de subdesenvolvimento industrializado e da nova dependência, mas esta transferência decorre do aumento de produtividade. O sistema econômico, ao contrário do que ocorria nos quadros do velho imperialismo, reproduz-se

através de forte processo de acumulação de capital e de incorporação de progresso técnico, no qual o papel das multinacionais é importante. Nestes termos, é equivocada a tese de alguns grupos radicais segundo a qual, dada a necessidade de transferir excedente para as empresas multinacionais e devendo ainda ser apropriada uma parte do excedente pela burguesia local, é necessária a superexploração dos trabalhadores. Em decorrência, as duas únicas alternativas que se abriram para o Brasil seriam o fascismo capitalista ou o socialismo, não se podendo admitir uma etapa intermediária de democracia burguesa. Esta tese é equivocada porque ainda que a superexploração dos trabalhadores tenha ocorrido, ela não é necessária para a manutenção da taxa de lucro e da taxa de acumulação capitalista. A superexploração foi possível, dadas as condições políticas favoráveis para a burguesia e a tecnoburocracia, a partir da derrota das esquerdas e da marginalização política dos trabalhadores em 1964. Em consequência da redução dos salários reais e do aumento da produtividade, a taxa de lucros e a taxa de acumulação cresceram rapidamente. Entretanto, desde que se possa considerar "satisfatórias" essas duas taxas, dado o elevado nível que já alcançaram no Brasil, os salários poderão agora crescer ao mesmo ritmo da produtividade. Sabemos perfeitamente que, pressuposto o aumento da produtividade do trabalho, dada a acumulação de capital e a incorporação de progresso técnico e pressuposta a constância ou neutralidade da produtividade do capital, ou seja, da relação produto-capital, os salários poderão crescer à mesma taxa do crescimento da produtividade sem que baixem a taxa de lucros e a taxa de acumulação. A longo prazo, portanto, não há necessidade do fascismo ou mesmo de um regime autoritário para a burguesia local associada às multinacionais extrair excedente em forma de mais-valia e acumular capital.

Nessa linha de raciocínio outro pressuposto de nossa análise diz respeito à tendência democratizante da burguesia detentora do capital industrial. Ao contrário do que ocorria nas formações sociais pré-capitalistas ou mesmo no capitalismo mercantil, quando a apropriação do excedente pela classe dominante era realizada através da violência ou da especulação, exigindo a vigência de um regime autoritário, no capitalismo

industrial a apropriação da mais-valia pode ser realizada nos quadros do Estado Liberal. O essencial é que a força de trabalho seja considerada uma mercadoria, à qual se paga um salário correspondente basicamente ao seu valor ou seja ao custo de reprodução da mão-de-obra. E para isto basta o controle dos aparelhos ideológicos da sociedade e do aparelho repressivo do Estado pela burguesia, nos quadros do Estado Liberal. Quando o capitalismo passa de competitivo a monopolista, o Estado, no plano econômico, deve assumir funções de política e planejamento econômico, transformando-se no Estado Regulador, mas no plano político pode perfeitamente continuar a adotar as práticas liberais. Na verdade é obrigado a aperfeiçoá-las, como mostra a experiência dos países centrais, na medida em que setores das camadas médias e a classe trabalhadora o exigem. Na medida em que no Brasil o capital industrial se tornou dominante e que a extração do excedente se realiza em forma de mais valia, através da exploração do trabalho assalariado e do aumento da produtividade, não há porque atribuir à burguesia local tendências inerentemente fascistas ou mesmo autoritárias. Estas só surgem nos momentos em que a burguesia se sente gravemente ameaçada, como aconteceu no início dos anos sessenta no Brasil. Por outro lado, dadas as características do novo imperialismo industrializante, o caráter dependente da economia brasileira também não significa a necessidade de autoritarismo para garantir o processo de acumulação.

Já as tendências da tecnoburocracia emergente são claramente autoritárias. A ideologia tecnoburocrática, baseada no conceito de eficiência, administração e planejamento, tende a subordinar todos os demais valores, inclusive o de liberdade, ao de eficiência técnica e administrativa. Por outro lado, também é pressuposto desta análise que o poder da tecnoburocracia tende a ser crescente no Brasil, na medida em que crescem as organizações burocráticas e em especial a organização burocrática maior: o Estado.

Entretanto, é preciso não pensar linearmente. Toda análise política presente neste livro parte da reação da burguesia que, sentindo-se ameaçada e tutelada por uma tecnoburocracia estatal civil e militar cujo poder político excede seu efetivo significado econômico e social, decide postular a redemocrata-

tização do país como uma forma de aumentar seu próprio poder político. A crise política atual é assim desencadeada pela burguesia. A ruptura entre a burguesia e a tecnoburocracia é uma iniciativa da burguesia em busca de maior autonomia política nos quadros de um regime democrático.

É preciso, entretanto, relativizar esta ruptura, como é preciso compreender que, embora distintas, estas duas classes, a burguesia e a tecnoburocracia, estão profundamente entrelaçadas. O modo de produção dominante, na formação social mista, capitalista-tecnoburocrática, brasileira, é o capitalista. A burguesia, embora não tenha ainda alcançado um poder político compatível, é a classe dominante. A tecnoburocracia é uma associada menor, cuja tendência é ainda a de agir como funcionária do capital. Por uma série de circunstâncias aleatórias, ela alcançou no Brasil, a partir de 1964 e em especial a partir de 1968, um poder político excepcional. Mas o desenrolar desta crise política deverá demonstrar que esse poder é transitório.

Por outro lado, é preciso observar que estas duas classes aparecem muitas vezes de forma confusa e entrelaçada. Alguém é tecnoburocrata ou burguês na medida em que seus rendimentos derivam principalmente de ordenados ou de lucros, juros e aluguéis. Mas é comum, em uma mesma família, vermos representantes das duas classes, ou vermos indivíduos que recebem os dois tipos de rendimentos. Além disso, embora possamos distinguir com clareza no plano teórico as relações de produção e a ideologia burguesa das relações de produção e da ideologia tecnoburocrática, é preciso salientar que a hegemonia ideológica ainda é detida pela principal classe dominante, a burguesia, que a transfere para a tecnoburocracia em maior grau do que a tecnoburocracia consegue transferir sua nova ideologia para a burguesia.

A ruptura da aliança de classes que analiso neste livro, portanto, está longe de ser uma ruptura definitiva. É apenas uma crise porque passa esta aliança e, em consequência, o modelo político autoritário capitalista-tecnoburocrático vigente no Brasil desde 1964. O resultado imediato dessa crise deverá ser um rearranjo ao nível das classes dominantes, através do qual a burguesia livre-se da atual tutela tecnoburocrática a alcance um maior nível de autonomia política.

Quanto aos trabalhadores, permanecerão em sua condição de classe dominada, mas, através da redemocratização e desde que sua luta de classes ganhe crescente substância ideológica, ao nível dos sindicatos e dos partidos políticos, poderão lograr a curto prazo uma maior participação política e melhores salários. Neste quadro o problema da implantação do socialismo se coloca em um prazo mais longo, embora a luta por esse objetivo pelos adeptos de um socialismo democrático deva continuar a ser a tarefa política de todos os dias.